

# **O Impacto da Literacia na Percepção dos Impostos**

por

**Susana Maria Dias Mocetão**

**Orientada por**

Prof. Doutor António Cerqueira

Prof. Doutor Elísio Brandão

**Faculdade de Economia**

Universidade do Porto

2017

## **Brevíssima Nota Biográfica**

A candidata licenciou-se em Gestão pela Universidade de Aveiro em 2014. O seu percurso profissional iniciou-se na KPMG, encontrando-se actualmente a desempenhar funções de auditoria numa sociedade de Revisão Oficial de Contas.

## **Abstract**

Com este estudo pretende-se averiguar qual o impacto que a formação académica tem na percepção da necessidade de existência de impostos para a sustentabilidade de um país. É ambicionado que esta dissertação esclareça qual o impacto que o nível e tipo de habilitações académicas têm na compreensão da necessidade de existência do sistema fiscal. Para o estudo foi realizado um questionário de forma a obter os dados necessários. Após o tratamento dos dados recolhidos verificou-se que os indivíduos com habilitações superiores querem descer menos impostos. Os indivíduos cuja a formação académica é nas Ciências Económicas gostariam de ver o IRC a ser diminuído.

**Palavras-chave:** Literacia, Formação Académica, Percepção e Impostos

**Classificações JEL:** H29 e K34

# Índice

<b>Brevíssima Nota Biográfica.....</b>	<b>i</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>ii</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Revisão da Literatura.....</b>	<b>4</b>
<i>Parte I - Decisões Relativas ao Cumprimento Fiscal.....</i>	<i>4</i>
<i>Parte II - Modelos de análise da evasão, elisão e administração fiscal.....</i>	<i>8</i>
<i>Parte III - Atitudes &amp; Percepções.....</i>	<i>15</i>
<b>O Sistema Fiscal Português.....</b>	<b>17</b>
<b>Metodologia .....</b>	<b>20</b>
I.    Amostra.....	20
II.   Metodologia.....	21
<b>Resultados.....</b>	<b>23</b>
<b>Conclusões .....</b>	<b>37</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>39</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>49</b>

## Introdução

Por um lado, surge uma linha de pensamento que defende que a escolha de cumprimento fiscal ou não cumprimento fiscal pode ser analisada através uma modelo de maximização de utilidade, sugerindo que a evasão fiscal está negativamente relacionada com a probabilidade de detecção do incumprimento e a severidade da punição aplicada (Allingham and Sandmo, 1972). Os contribuintes pagam os seus impostos devido ao medo de serem descobertos e serem sancionados (Allingham e Sandomo (1972), uma vez que se não cumprirem e forem descobertos terão que pagar o imposto acrescidos de multas (James O. Alabede, Zaimah Bt. Zainol Ariffin e Kamil Md Idris, 2009).

No entanto, este ponto de vista foi amplamente criticado, uma vez que os níveis de detecção de incumprimento fiscal são demasiado baixos para explicar os baixos níveis de evasão fiscal verificados nos países desenvolvidos (Andreoni et al., 1998), a partir deste ponto vários investigadores dedicaram-se ao estudo do impacto que os aspectos comportamentais e culturais têm no comportamento fiscal da população (Scholz e Witte, 1989; Alm et al., 1992; Alm et al., 1993; Alm et al., 1999; Pommerehne et al., 1994; Frey, 1997; Frey, 2003; Frey e Torgler, 2002; Dell’Anno, 2009), assim surgiu um conceito de “Moral Tributária”. Este conceito engloba as regras morais e os sentimentos que os cidadãos experienciam com o cumprimento das obrigações fiscais, as normas sociais que dissuadem o incumprimento quando o resto da população está comprometida a cumprir, a sensação de reciprocidade que o individuo experimenta na sua relação com o Estado, quando este tem uma boa performance e proporciona bons serviços e outros bens públicos.

A qualidade de governação é determinante no cumprimento fiscal por parte dos contribuintes (Akpo, 2009; Alm e Gomez, 2008; Mann e Smith, 1998; e Torgler, 2003).

O Estado assume, portanto, um papel fundamental não só na cobrança dos impostos assim como na distribuição da receita gerada pelos mesmos. Os Governos precisam, então, de resolver a difícil tarefa de arrecadarem contribuições fiscais suficientes para a manutenção e execução das políticas e ao mesmo tempo não perderem eleitorado (Peters, 1991). Desta forma os impostos assumem uma elevada preocupação por parte dos políticos, uma vez que estes necessitam de encontrar um ponto óptimo de tributação, onde consigam chegar a um certo nível de receitas fiscais com a menor carga fiscal possível (Hammar, Svreker e Nordbom, 2008). A vontade de os contribuintes cumprirem as suas obrigações fiscais é fundamental para o sistema fiscal funcionar de forma eficiente (Ayres e Braithwaite, 1992).

Segundo Fisher et al., (1992), a atitude e a percepção dos impostos têm influência directa no cumprimento da carga fiscal, enquanto os factores têm influência indirecta. Defende, ainda, que a origem dos rendimentos e a profissão dos contribuintes são considerados como factores que podem levar a não cumprimento fiscal.

Manaf, Hasseldine e Hodges (2005) afirmam que contribuintes com um nível de rendimento médio são mais cumpridores. Ao nível da origem de rendimento observou-se que os trabalhadores sujeitos a retenção na fonte têm uma menor oportunidade de incumprimento (Fjeldstad e Semboja, 2001). Quando o cumprimento é visto como uma questão moral, as pessoas têm uma menor tendência para fugir às suas obrigações, independentemente da situação (Recker, Sanders e Roark, 1994). Existem, ainda, outros estudos que mostram que as condições financeiras e as obrigações familiares têm influência ao nível do cumprimento fiscal (Mathieu e Zajac, 1990; e Brett, Cron & Slocum, 1995).

Assim sendo, a compreensão do sistema fiscal por parte dos contribuintes e as suas atitudes em relação ao mesmo são essenciais para gerar o cumprimento voluntário, e ainda para obter respostas em casos de não cumprimento das regras fiscais (Nathan Haris e Bason Micra, 2005). É nesta linha de pensamento que este trabalho se enquadra, uma vez que tem por objectivo esclarecer qual o impacto que a formação académica tem na compreensão da necessidade da existência de impostos para o correcto funcionamento de um país, isto é, pretende averiguar, nomeadamente, quais as áreas de estudo que facilitam a compreensão do nosso sistema fiscal e a sua finalidade, assim como perceber se apenas os indivíduos com formação na área das ciências económicas são capazes de perceber a importância do mesmo. Após a aplicação de teste empíricos foi possível averiguar que o nível de habilitações tem impacto na forma de como os indivíduos encaram os impostos. Indivíduos com menor nível de habilitações académicas admitem querer ver um maior número de impostos a ser diminuído. Para pessoas com o ensino superior, aquelas cuja formação está ligada às ciências económicas, são as únicas a manifestar interesse na diminuição do IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas). Em todos os casos analisados não foi mostrado interesse na abolição dos impostos, tendo estes sido considerados úteis. No entanto no grupo de pessoas com nível de habilitações inferiores existe uma maior percentagem de indivíduos que pensa que os impostos têm propósitos menos altruístas.

Este estudo está organizado da seguinte forma, a secção seguinte retrata a literatura existente sobre o tema fiscal, seguido por uma breve explicação do sistema fiscal português. A quarta secção explicita a metodologia utilizada. Na secção cinco serão apresentados os resultados e por último, na secção seis encontram-se as principais conclusões.

# **Revisão da Literatura**

De forma a estruturar adequadamente, para uma melhor compreensão da vasta literatura sobre o tema, a revisão da mesma irá ser efectuada em três subcapítulos. O primeiro diz respeito ao estudo sobre as decisões tomadas relativas ao cumprimento fiscal por parte dos contribuintes, a segunda será relativa aos modelos de análise da evasão, elisão e administração fiscal e a terceira irá explorar as atitudes e percepções face aos impostos.

## **Parte I**

### **Decisões Relativas ao Cumprimento Fiscal**

O Cumprimento fiscal resulta de diversos factores, tanto económicos como psicológicos, o que levou a diversos estudos sob diferentes pontos de vista. Ao longo da literatura consegue-se perceber que existe uma linha de investigação que se foca no julgamento e decisão do cumprimento fiscal.

No trabalho de Allingham and Sandmo (1972) e Srinivasan (1973) a evasão fiscal é definida como uma decisão sob incerteza. Estes autores assumem que os contribuintes são agentes racionais cujas escolhas comportamentais estão de acordo com o axioma de Von Neumann-Morgenstern, e que tentam maximizar a utilidade dos rendimentos tributados. Os contribuintes pesam os custos e os benefícios que poder obter com o cumprimento em comparação com a utilidade ganha com a evasão. Assim a evasão é vista como uma melhor decisão quando não surgem fiscalizações. Quando existem fiscalizações o cumprimento fiscal é tido como a melhor estratégia a seguir. De acordo com estes autores a decisão de cumprimento fiscal resulta dos seguintes factores: (i) o nível actual de rendimentos, (ii) carga fiscal, (iii) a probabilidade de fiscalização, (iv) as coimas aplicadas.

#### **i) Rendimento actual**

De acordo com Allingham and Sandmo (1972) quando o rendimento real varia, a parte do rendimento que é declarada aumenta, permanece constante ou diminui de acordo com a aversão ao risco relativo a uma função crescente, decrescente ou constante do rendimento.



Slemrod (1985) encontrou uma relação negativa entre o nível de rendimento e o cumprimento fiscal. Esta mesma conclusão foi encontrada por Weck-Hennemann and Pommerehne (1989), estes descobriram menores níveis de cumprimento fiscal entre os contribuintes suíços com rendimentos mais elevados. Também Lang, Nöhrbaß, and Stahl (1997) constataram que os cidadãos mais favorecidos mostravam mais propensão para a evasão e elisão fiscal. Vogel (1974) demonstrou que os contribuintes que registaram uma melhoria no seu estado financeiro são menos cumpridores do que aqueles que sofreram uma deterioração do seu estado financeiro.

Por outro lado, ao longo dos estudos sobre o tema houveram evidências empíricas de uma relação positiva entre o rendimento e o cumprimento fiscal. Fishlow and Friedman (1994) observaram que os cidadãos Brasileiros, Argentinos e Chilenos menos favorecidos eram os menos cumpridores, sendo estes três países mais pobres e com elevadas taxas de inflação. Alm, Jackson and McKee (1992) verificaram na sua experiência que o cumprimento fiscal aumentava com o rendimento.

Houveram, ainda, estudos que não encontraram qualquer relação entre o nível de rendimentos e o cumprimento fiscal, sendo esse o caso de Feinstein (1991), Korea, Park and Hyun (2003), Porcano (1988) e Wärneryd & Walerud (1982).

## **ii) Carga fiscal**

Para esta variável existem dois modelos contraditórios. Por um lado, é defendido que, impostos elevados reduzem o rendimento dos contribuintes, o que os leva a considerarem a evasão fiscal com um método mais lucrativo. Por outro lado, ao reduzir o rendimento os contribuintes ficam com uma maior aversão ao risco, o que leva a uma diminuição da evasão fiscal.

Clotfelter (1983) verificou uma relação negativa entre a carga fiscal o cumprimento fiscal para os contribuintes Americanos, Lang, Nöhrbaß, and Stahl (1997) obtiveram as mesmas conclusões para os contribuintes Alemães e Weck-Hennemann and Pommerehne (1989) & Pommerehne and Weck-Hennemann (1996) para os cidadãos suíços. Ali, Cecil & Knoblett verificaram que o efeito negativo da carga fiscal no cumprimento fiscal é mais acentuado nos contribuintes com elevados rendimentos. Numa experiência realizada por Moser, Evans III, and Kim (1995) ficou evidenciado a importância da justiça atribuída aos impostos. Apenas se verificava um efeito negativo da carga fiscal no cumprimento quando os contribuintes se sentiam injustiçados face a outros.

Yitzhaki (1974) e Feinstein (1991) encontram uma relação positiva entre a carga fiscal e o cumprimento fiscal. Alm, Sanchez e De Juan (1995) verificaram que, para os contribuintes Espanhóis, o nível de cumprimento é mais elevado quando a carga fiscal aumenta ao longo do tempo.

Já Baldry (1987) e Porcano (1988) não encontram nenhuma relação entre a carga e o cumprimento fiscal.

### **iii) Probabilidade de fiscalização**

Segundo Allingham and Sandmo (1972) e Srinivasan (1973) um aumento da probabilidade de fiscalização leva os contribuintes a declararem uma parte maior dos seus rendimentos.

Weck-Hennemann and Pommerehne (1989) & Pommerehne and Weck-Hennemann (1996) compararam 25 distritos Suíços e verificaram que o cumprimento fiscal era mais elevado naqueles em que havia mais fiscalizações. Ali, Cecil and Knoblett (2001) obtiveram os mesmos resultados para a realidade Americana. Slemrod, Blumenthal, and Christian (2001) fizeram uma experiência que consistia em enviar notificações aos contribuintes, informando-os que iriam ser alvo de fiscalizações. Os resultados obtidos mostram que os contribuintes com rendimentos baixos ou médios aumentaram as suas contribuições fiscais, no entanto os contribuintes com rendimentos mais elevados indicavam valores alvo de tributação inferiores. Aquilo que os autores concluíram foi que os contribuintes com rendimentos mais elevados, ao receberem a notificação, tendem a recorrer a ajuda de profissionais de consultoria fiscal de forma a conseguirem diminuir os rendimentos tributáveis.

Alm, Sanchez and De Juan (1995) verificaram que quanto maior a probabilidade de ocorrência de fiscalização maior era o nível de cumprimento fiscal, Trivedi, Shehata, and Lynn (2003) obtiveram os mesmos resultados. Gërxhani and Schram (2006) conduziram uma experiência semelhante às anteriores, mas para a Albânia e a Holanda, verificaram que os contribuintes albaneses não eram afectados pela probabilidade de fiscalização, no entanto os contribuintes holandeses evadiam mais quando a probabilidade de fiscalização era baixa. Guala and Mittone (2005) e Mittone (2006) conduziram uma experiência que consistia em numa análise para 60 períodos de tributação, onde os participantes eram fiscalizados apenas no primeiro período ou apenas nos 30 últimos períodos. Os resultados obtidos mostram que os contribuintes auditados logo no início da experiência tinham maiores níveis de cumprimento fiscal e estes (níveis) tendiam a manterem-se elevados para os últimos 30 períodos. No entanto os contribuintes que apenas sofriam fiscalizações nos últimos 30 períodos tinham níveis de cumprimento inferiores e não aumentavam mesmo após as fiscalizações começarem. Assim os autores concluem que é aconselhável fiscalizar os contribuintes jovens e inexperientes, uma vez que estes provavelmente irão “aprender” se as autoridades auditarem os seus processos tributários.

#### **iv) Coimas**

As coimas estão directamente relacionadas com a probabilidade de fiscalização, aliás podem mesmo ser substitutas uma da outra desde que nenhuma tenha valor zero. Quanto mais elevadas são as multas menos atractiva é a evasão fiscal. Quanto a este factor nem sempre se encontrou evidência da eficácia das coimas.

Friedland, Maital and Rutenberg (1978) e Park and Hyun (2003) verificaram que o cumprimento fiscal é mais afectado pela hipótese de coima do que pelas probabilidade de fiscalização. No entanto Friedland (1982) concluiu que a fiscalização afecta muito mais o cumprimento fiscal do que a sujeição a coimas. Alm, Sanchez and De Juan (1995) afirmam que as coimas apenas são eficazes se conciliadas com elevadas probabilidades de ocorrência de fiscalizações.

Por outro lado, Pommerehne and Weck-Hannemann (1996) não registaram impacto das coimas no cumprimento fiscal por parte dos contribuintes suíços. Baldry (1987) e Webley, Robben, Elffers (1991) concluíram que o cumprimento fiscal não era afectado pelas coimas. Fjeldstad and Semboja (2001) constataram que politicas fiscais opressivas detenções dos contribuintes aumentam a resistência a pagar impostos. De acordo com Strümpel (1969) penalizações injustas têm um impacto negativo contra o fisco e os impostos.

## **Parte II**

### **Modelos de análise da evasão, elisão e administração fiscal**

#### ***Evasão, Elisão e Administração fiscal***

Segundo Bullen V. Wisconsin (1916) a distinção entre evasão e elisão fiscal é feita da seguinte forma:

“Quando a lei desenha uma linha, a situação em análise pode estar num lado ou no outro, se estiver no lado seguro, então, o individuo não incorre em ilegalidade uma vez que se aproveita das lacunas presentes na lei. No entanto, se o acto for condenado como evasão fiscal significa que se esta no lado errado da linha.”

Outra abordagem é a de Kay (1980):

“Evasão consiste em ocultar ou deturpar a natureza de uma transacção. A Elisão ajusta os factos associados a uma transacção de tal forma que o tratamento fiscal seja diferente do que o pretendido pelo legislador.”

### **i) O Modelo de Allingham-Sandmo-Yitzhaki**

No modelo formulado por Allingham-Sandmo (doravante mencionado como A&S), o que detém um indivíduo de praticar evasão fiscal é a probabilidade de ser detectado e ficar sujeito a coimas de valor superior àquele que teria pago caso não recorresse à evasão.

$$EU = (1 - p)U \frac{v}{t(y - x)} + pU(v - \theta(y - x)) \quad (1)$$

Onde  $p$  consiste na probabilidade de detenção,  $\theta$  a coima,  $y$  o rendimento tributável,  $x$  a aversão ao risco de um contribuinte a escolher um relatório e  $y-x$  o rendimento não declarado. Neste modelo todas as decisões reais e o rendimento tributável são mantidos fixos, apenas a escolha do relatório dos contribuintes é variável.

### **ii) Função Utilidade de Neumann-Morgenstern**

A função de utilidade de Neumann-Morgenstern representa as preferências individuais em relação ao risco. Neste modelo a decisão de evadir e como o fazer é semelhante à decisão de arriscar e como o fazer. Cada dólar resultante da subavaliação do lucro tributável representa um retorno de  $t$  com uma probabilidade de  $(1-p)$ , juntamente com uma penalidade de  $\theta$  com uma probabilidade de  $p$ . Caso o retorno obtido a arriscar for positivo, todos os contribuintes avessos ao risco irão cometer alguma evasão, o nível de evasão irá depender do retorno esperado e das preferências de risco.

$$\text{Retorno obtido ao arriscar} = (1 - p)t - p\theta \quad (2)$$

### iii) Yitzhaki (1974)

Este autor levantou uma questão bastante pertinente, se a penalidade sofrida pela descoberta da evasão depende da subavaliação do lucro tributável, como é assumido pelo modelo A&S, ou da subavaliação do imposto, como reflecte mais precisamente a prática em diversos países. Tratando-se do segundo caso, a maximização da utilidade é dada por:

$$(1 - p)U(v + t(y - x)) + pU(v - \theta t(y - x))$$

(3)

Sendo que o retorno esperado por cada dólar evadido resulta de:

$$(1 - p)t - p\theta t$$

(4)

Esta linha de raciocínio representa uma importante mudança, porque significa que a taxa de imposto não tem nenhum efeito em termos de “aposta” na evasão fiscal. À medida que  $t$  aumenta, o retorno obtido com a subavaliação bem sucedida aumenta, no entanto o risco de detecção de subavaliação aumenta na mesma proporção. A condição de primeira ordem para a evasão óptima resulta é:

$$\frac{U'(y_A)}{U'(y_U)} = \frac{(1 - p)}{p\theta}$$

(5)

Onde  $y_A$  e  $y_U$  representam o rendimento líquido auditado e não auditado, respectivamente. Nesta equação o  $t$  não aparece, enquanto que no modelo A&S era o multiplicador no denominador, o que implicava que um aumento de  $t$  iria provocar um aumento proporcional do retorno obtido mas não proporcional para o aumento da penalidade, tornando, assim, a evasão mais atractiva. Independentemente da penalidade depender da subavaliação do imposto ou da subavaliação do rendimento, contribuintes mais avessos ao risco irão evadir menos. Indivíduos com rendimentos mais elevados irão evadir mais à medida que a aversão ao risco diminui. A evasão em relação ao rendimento irá aumentar, diminuir ou manter-se inalterada como uma fracção do rendimento, dependendo se a aversão ao risco relativo é uma função crescente, decrescente ou constante. Aumentos do  $p$  ou do  $\theta$  irão diminuir a evasão.

Um aumento de  $t$  tem tanto efeito no rendimento como um efeito de substituição. Se um contribuinte experiencia uma diminuição da aversão do risco absoluto então um declínio do rendimento torna a posição óptima menos arriscada. Um aumento de  $t$  tem um efeito de substituição, aumentando o preço relativo de consumo, em caso de auditoria, encorajando, assim, a evasão se a penalidade estiver relacionada com o rendimento e não com imposto. No caso em que a penalidade esta relacionada com imposto “evitado”, um aumento do imposto não terá qualquer efeito de substituição, assim um aumento em  $t$  levará a uma diminuição de evasão enquanto haja uma diminuição da aversão ao risco.

O modelo de A&S tem sido amplamente criticado por ser demasiado simplista, se  $p$  é a fracção de rendimento auditado e  $\theta$  a penalidade estatal para evasões não criminais, de acordo com o nível de aversão ao risco exibido (nos Estados Unidos) os contribuintes deveriam evadir muito mais do que o que fazem. Assim a questão que começa a ser levantada é porque é que os contribuintes pagam impostos e não porque decidem evadir. No modelo de A&S o que limita o nível de evasão cometida é a aversão ao risco dos contribuintes. Assim, num determinado momento a evasão torna-se apenas numa aposta muito elevada, de modo para a quantidade de evasão pretendida, o ganho marginal na poupança fiscal esperada é exactamente compensada pela falta de sucesso do risco extra assumido. Este modelo também prevê que no caso de um individuo com uma posição neutra em relação ao risco, não cumpre nenhuma obrigação fiscal ou não comete evasão fiscal de todo, dependendo se o retorno esperado da evasão é positivo ou não. Este método de previsão *either-or* é refutado se a probabilidade de detecção é uma função crescente de quantidade evasão praticada, o que representa a maior parte dos sistemas fiscais.

As implicações da introdução de uma variável endógena  $p$  dependem da reacção precisa entre o  $p$  e a evasão.

Considerando o caso discutido em Yatzhaki (1987), onde o  $p$  é uma função crescente do rendimento evadido  $(y-x)$ . Os contribuintes com uma posição neutra face ao risco escolhem  $x$  de forma a maximizar o rendimento esperado.

$$EY = ((1 - p[y - x])(\eta + s) + p[y - x](\eta - \theta s)) \quad (6)$$

Onde  $s \equiv t(y - x)$  é o imposto subvalorizado.

Se  $p' \equiv \frac{\partial p}{\partial (y-x)}$  é positiva, a condição de primeira ordem é dada por:

$$1 - p - p\theta = p'(\theta + 1)\frac{s}{t} \quad (7)$$

Neste caso a evasão será restringida pelo facto de que  $p$  aumenta para compensar o que de outra maneira resultaria num incremento na rentabilidade esperada.

No caso dos contribuintes com uma posição neutra ao risco a o método de previsão *either-or* é também colocado de parte em caso de haver mais do que uma fonte de rendimento, em que cada uma esta sujeita ao seu próprio  $p$ . No entanto a probabilidade endógena pode ser aplicada aos contribuintes avessos ao risco, nesta situação o ganho no valor esperado é compensado por uma combinação de maior risco e maior probabilidade de detecção.

#### iv) Articulação com a oferta de trabalho

Um dos interesses da literatura é a relação entre o relato fiscal e as outras decisões dos consumidores. A decisão de quanto rendimento declarar é tomada em simultâneo com a decisão de quanto se quer trabalhar, assim é impossível ajustar a oferta de trabalho em caso de ser apanhado a evadir. Este problema pode ser traduzido na quantidade homogénea de rendimento declarado, o que é equivalente em escolher simultaneamente um cabaz de consumo e a exposição ao risco. Os modelos deste género são baseados em extensões do modelo A&S. Assim muitos modelos são baseados em assunções particulares e restritivas acerca da função utilidade. No caso em que a função utilidade é separada em consumo e lazer, então a utilidade marginal do lazer é independente do consumo. E se, adicionalmente, a utilidade marginal do consumo for linear,

$$U(C, L) = \alpha + \beta C + \gamma C^2 + \delta L \quad (9)$$

então a condição de primeira ordem é:

$$(1 - t)wU_1[wL + (1 - p\theta)s] = U_2[L] \quad (10)$$

Onde  $s$  é o imposto evadido e  $[(1 - p\theta)s]$  é ganho esperado com a evasão. Devido à evasão aumentar o consumo esperado de qualquer quantidade de lazer sem alterar o salário real, o lazer irá aumentar e a oferta de trabalho diminuir. O salário real não irá diminuir uma vez que as oportunidades de evasão são independentes da quantidade de trabalho realizado.



#### v) Outros factores de incerteza

Andreoni (1992) introduziu um factor temporal ao modelo de A&S, reconhecendo o facto de a penalidade para a evasão fiscal, em caso de detecção, é posterior à poupança fiscal. Andreoni modela uma situação em o contribuinte evade de forma a suavizar as fontes de rendimento, como se de um empréstimo se tratasse. Assim o pagamento do empréstimo irá ocorrer numa melhor situação financeira.

Outro factor de incerteza é referente à imprevisibilidade das obrigações fiscais, o que surge quando a “correcta” obrigação fiscal não esta claramente definida.

#### a) Modelos gerais de evasão e elisão fiscal

Devido ao facto de Allingham and Sandmo caracterizarem a evasão fiscal como um “jogo de apostas” a literatura orientou-se para a descoberta de modelos que analisavam a aversão ao risco dos contribuintes, ou seja, as características mais relevantes da função de utilidade. Este foco, em certo ponto, tem descurado outros aspectos importantes da questão, tais como a tecnologia para a dissimulação fiscal, assim como aspectos comuns da evasão e da elisão fiscal.

Maysahr (1991) coloca o problema dos contribuintes da seguinte forma:

$$\max_{X,S,L,Y} U(Y,L) = \begin{cases} X = w[L - S - m(E)] \\ Y = X - T(X,S,E) \end{cases} \quad (11)$$

Onde  $X$  é o *output*,  $S$  é o uso de paraísos fiscais,  $L$  é o esforço do trabalho, o  $Y$  é o consumo e  $T$  a “tecnologia fiscal”. Assim,  $T_X > 0$  e  $T_S < 0$  por conseguinte  $T_E > 0$ . A função  $m(E)$  representa os custos, não evitáveis, do cumprimento fiscal, medidos em unidades de trabalho. Embora este modelo se refira à evasão como um “jogo de apostas”, de forma explícita, Mayshar argumenta que isso pode ser apresentado nesta estrutura. Para isso  $S$  passa a ser tratado como o pagamento que causa tanta perda de utilidade como o risco extra assumido pelo invasor, para o cumprimento de obrigações fiscais futuras. Assim analisado numa perspectiva do modelo A&S,  $T_S < 0$  significa que quanto mais se comete evasão fiscal mais baixos serão os pagamentos das obrigações fiscais.

Assim as condições de primeira ordem para  $L$  e  $S$  óptimos são:

$$-\frac{U_L(Y^*, L^*)}{U_Y(Y^*, L^*)} = w[1 - T_X(X^*, S^*, E)] \quad (12)$$

(13)

$$w[1 - T_X(X^*, S^*, E)] \geq -T_S(X^*, S^*, E),$$

que poderá ser transformada numa igualdade quando  $S^* > 0$

Na equação (12) a taxa marginal efectiva pode ser dependente da actividade de paraísos fiscais, praticada pelos contribuintes, e pelos instrumentos fiscais para a sua detecção.

Slemrod (2001) investigou um modelo relacionado, no qual os custos pessoais necessários para a obtenção de reduções nas obrigações fiscais é dado por  $C(wL, A)$ , onde  $A$  corresponde à fuga e  $wL$  é o verdadeiro rendimento obtido com o trabalho. Para Slemrod, em geral,  $C_1 < 0$  e  $C_2 > 0$ <sup>19</sup>.

Assim,

$$\max_{L,A} U(Y, L) = \{Y = w(1 - L) - t[w(1 - L) - A] - C(wL, A)\} \quad (14)$$

onde  $w(1 - t - C_1)$  é o retorno marginal do trabalho e  $-wC_1$  é um subsidio ao trabalho.

Diversos pontos de vista surgiram após se modelar o ambiente fiscal desta forma. Primeiramente o efeito de substituição da oferta de trabalho não responde de forma idêntica a  $w$  e a  $(1-t)$ . Alterações em  $(1-t)$  activam a evasão como resposta, o que não acontece com alterações em  $w$ . Embora a oferta de trabalho e a evasão respondam a  $w$  e  $(1-t)$ , não fazem simetricamente.

Ao contrario de Rosen (1976), não se deve concluir que respostas diferentes a  $w$  e  $(1-t)$  representam necessariamente uma “ilusão do contribuinte”, mas poderá, sim, reflectir a tecnologia de evasão.

Mayshar e Slemrod defendem que um aumento nas

taxas de imposto proporcionais ao rendimento irão implicar uma substituição de actividades de lazer por bens, aumentando a evasão fiscal.

Cross and Shaw (1982) fizeram uma experiência e que os contribuintes deviam fazer despesa de modo a aprender e documentar, tanto a elisão como a evasão fiscal. Daqui surgem dois caminhos possíveis. O primeiro, para sistemas fiscais progressivos, em que despesas na elisão ou evasão reduzem a taxa marginal de imposto. O segundo, em que o investimento em elisão reduz o custo associado à evasão fiscal, e vice-versa.

### **Parte III**

#### **Atitudes & Percepções**

Robert et., al. (1994) examinaram o impacto do conhecimento e compreensão sobre um sistema fiscal progressivo sobre a justiça percebida pelos contribuintes relativamente às taxa de imposto. Richardson (2006) alega que o conhecimento é essencial de forma a aumentar o nível de cumprimento fiscal. No estudo que realizou (cruzando informação de 45 países) descobriu que, no geral, a educação tem impacto negativo na evasão fiscal, onde a tendência para a evasão diminui com o nível de educação. Assim surge a nossa primeira hipótese:

**H1: Contribuintes com maior nível de formação académica compreendem a utilidade dos impostos.**

Ho (1992) defende que formação em fiscalidade deveria ser pensada e explicada em outras vertentes de ensino, uma vez que os alunos de matéria não fiscais e contabilísticas são futuros contribuintes. Anis Barieyah and Lai (2009) é, também da opinião que a fiscalidade deveria ser introduzida em todas as áreas de ensino.

Kasipillai et., al. (2003) afirmam que a formação em fiscalidade pode influenciar as atitudes e comportamentos face à tributação. Encontraram, ainda, evidências que indivíduos sem formação nas ciências económicas são mais conhecedores de práticas de evasão e elisão fiscal. Assim sugerem que a fiscalidade deve ser ensinada em todos os cursos. Loo and Ho (2005) concordam que conhecimentos sobre fiscalidade devem ser fornecidos de forma a que os contribuintes sejam mais cumpridores relativamente às obrigações fiscais. Anis Barieyah and Lai (2009) asseguram que através do ensino de fiscalidade os contribuintes se tornam mais envolvidos, competentes e informados em matérias fiscais. Mohamad et., al. (2013) verificaram que os alunos das ciências económicas são mais conscientes e informados sobre o sistema fiscal. Sem formação sobre fiscalidade existe uma tendência para os futuros e presentes contribuintes não cumprirem as obrigações fiscais. Assim surge a nossa segunda hipótese:

**H2: Contribuintes cuja a formação seja em áreas não ligadas às Ciências Económicas pretendem diminuir mais impostos.**

É comumente aceite que as percepções sobre justiça e evasão fiscal estão relacionadas (Jackson and Millirion, 1986). No entanto Song and Yarbrough (1978) detectaram uma significativa relação negativa entre a justiça e a evasão fiscal. Torgler and Murphy (2004) afirmam que os contribuintes estão mais dispostos a cumprir as suas obrigações fiscais se forem tratados de respeitosa e com justiça por parte das autoridades. Lin and Carrol (2000) mostram que contribuintes que se sintam injustiçados por parte das autoridades fiscais diminuem o seu nível de cumprimento fiscal. Mohamad et., al. (2013) mostram que o conhecimento fiscal e a percepção de justiça são bastante diferentes entre os alunos das ciências económicas e dos alunos de outras áreas.

## O Sistema Fiscal Português

O Sistema Fiscal Português pode ser dividido em três grandes grupos, os que tributam o rendimento, os que incidem sobre o património e a ainda os que actuam sobre a despesa. Para além destes existem outros que têm por objectivo a alteração de comportamentos e devem ser encarados como impostos de correcção ou de incentivo ao abandono de certos comportamentos por parte dos cidadãos. Além destes impostos os trabalhadores têm ainda que fazer contribuições para a Segurança Social.

Os impostos colectados pelo Governo são a sua maior fonte de receita e essenciais para pôr em prática as políticas a que se propuseram no seu orçamento.

Além do objectivo de proporcionar receita ao Estado, os impostos podem ser usados para manipular comportamentos dos contribuintes e como forma de regulação económica.

Hoje em dia o Governo precisa de conciliar as suas práticas com as de outros países, numa economia cada vez global é necessário acompanhar a evolução fiscal não só do nosso país como daqueles com que temos relações económicas, nomeadamente a nível do comércio. A União Europeia tem, também, um elevado impacto na política fiscal portuguesa, uma vez que estamos sujeitos às suas directrizes e estas influenciam directamente o nosso sistema fiscal.

Os impostos portugueses podem ser classificados como directos ou indirectos, os directos são aqueles que tributam directamente o contribuinte, como é o caso do imposto sobre o rendimento, os impostos indirectos são aqueles que estão inseridos no custo das aquisições do mesmo, como é o caso dos impostos sobre o valor acrescentado. Os impostos directos são definidos exclusivamente pelo Governo, já a influência da União Europeia é reflectida nos impostos indirectos.

Tabela 1 - Os Impostos Portuguesas<sup>1</sup>

Imposto	Descrição
<b>Impostos sobre o rendimento</b>	
<b>IRS</b> Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares	Incide sobre o valor anual dos rendimentos, consoante as categorias, depois de efectuadas as respectivas deduções e abatimentos. Os rendimentos ficam sempre sujeitos a tributação, independentemente do local, moeda ou forma pela qual são obtidos.
<b>IRC</b> Imposto sobre o Rendimento de pessoas Colectivas	É aplicado ao rendimento das empresas a actuar em território português e incide sobre os rendimentos obtidos no período de tributação, pelos respectivos sujeitos passivos.
<b>Derrama</b>	É um imposto que varia de município para município e é pago juntamente com o IRC.
<b>Imposto sobre a Despesa</b>	
<b>IVA</b> Imposto de Valor Acrescentado	Incide sobre transmissões de bens e prestações de serviços; importações de bens; operações intercomunitárias, realizadas em território nacional.
<b>IS</b> Imposto de Selo	O Imposto de Selo é cobrado mediante um valor fixo ou pela aplicação de uma taxa ao valor do acto ou contrato. A aplicação deste imposto é cada vez mais reduzida.  Este imposto é também um imposto que actua sobre os imóveis.
<b>Imposto sobre os Imóveis</b>	
<b>IMI</b> Imposto Municipal sobre Imóveis	Constitui a receita dos municípios onde os imóveis se localizam e incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios (rústicos, urbanos ou mistos), em território português.
<b>IMT</b> Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	Tributa as transmissões do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis em território nacional.
<b>Impostos Especiais sobre o consumo</b>	
<b>IABA</b> Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas	Incide sobre cerveja, vinhos e outras bebidas fermentadas; produtos intermédios; bebidas espirituosas/ alcoólicas; álcool etílico.
<b>ISP</b> Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos	Incide sobre produtos petrolíferos e energéticos, produtos usados como carburante destinados a venda e consumo; outros hidrocarbonetos (com excepção da turfa e do gás natural), destinados à venda ou ao consumo como combustível.
<b>IT</b> Imposto sobre o tabaco	Incide sobre charutos, cigarrilhas, cigarros e diferentes tipos de tabaco.
<b>Verde</b>	Imposto que incide sobre os sacos plásticos.

<sup>1</sup> Fonte: Código Tributário

Imposto sobre Automóveis	
<b>ISV</b> <b>Imposto Sobre Veículos</b>	<p>É pago apenas uma vez, na primeira matriculação do veículo. Nos veículos mais recentes, o valor já está incluído no preço da venda. Nos veículos importados, o imposto é pago por quem importa. O ISV incide sobre automóveis ligeiros de passageiros, de utilização mista, de mercadorias, de passageiros com mais de 3500 Kg e com lotação superior a nove lugares; autocaravanas; motociclos, triciclos e quadriciclos.</p>
<b>IUC</b> <b>Imposto Único de Circulação</b>	<p>Tributa os veículos matriculados em Portugal, sendo que o pagamento acontece sempre no mês da matrícula do veículo ou no mês anterior, até o abatimento do mesmo.</p>

# Metodologia

## I. Amostra

Para a obtenção dos dados necessários a este estudo foi elaborado um questionário, distribuído, essencialmente, pela Internet. A plataforma utilizada para a produzir o questionário foi o *Kwiksurveys*.

O questionário continha um total de 25 perguntas divididas em 6 grupos. No grupo 1 constavam as questões de natureza pessoal, o grupo 2 contemplava as questões sobre o percurso académico, o grupo 3 questionava sobre a experiência profissional, no grupo 4 os inquiridos tinham de responder a perguntas sobre a forma como obtinham as notícias, no grupo 5 expressavam a sua opinião sobre a política e a sociedade e o grupo 6 era sobre os impostos.

O questionário foi publicado a 10 de Março de 2016, tendo estado activo durante, aproximadamente 5 meses, durante o referido período obtiveram-se 436 respostas. O questionário foi distribuído, essencialmente, à comunidade académica da Universidade do Porto, e ainda a uma rede de contactos pessoais.

Na tabela seguinte é possível observar um breve resumo dos resultados obtidos.

*Tabela 2 - Resumo da amostra (%)*

Variáveis	Dados da Amostra
<b>Licenciatura</b>	47,7
<b>Mestrado</b>	23,6
<b>Doutoramento</b>	2,5
<b>Ensino Secundário ou menos</b>	26,2
<b>Homens</b>	35,8
<b>Mulheres</b>	64,2
<b>Idade até aos 35 anos</b>	86,0
<b>Mais do que 35 anos</b>	14,0



A amostra caracteriza-se, maioritariamente, por pessoas com licenciatura ou grau académico superior, uma vez que consiste em 73,8% da amostra. Em relação ao nível de informação foi possível inferir que cerca de 80,4% dos inquiridos mantem-se a par das notícias, seja através da televisão, da rádio ou da Internet. Quando questionados sobre o tipo de jornal que costumavam ler, apenas 26,7% liam jornais centrados em temas sobre economia.

## II. Metodologia

Para este estudo a metodologia usada foi os modelos *Logit*. O modelo *Logit* é utilizado para variáveis qualitativas, permitindo escolher entre diferentes alternativas. Assim, esta técnica permite saber qual a probabilidade de uma observação pertencer a um determinado conjunto, dependendo do comportamento das variáveis independentes.

Em suma, o *Logit* permite obter um modelo que explique, eficientemente, a relação entre o resultado e o conjunto de variáveis independentes.

Por forma a aplicar o modelo anteriormente referido foi necessário a utilização de variáveis dummy.

Para este estudo foi necessário utilizar as seguintes variáveis explicativas:

Tabela 3- Definição das variáveis

Variável	0	1
<b>Habilitações Literárias</b>	Licenciatura ou mais	Ensino Secundário ou menos
<b>Se a formação foi nas áreas das ciências económicas</b>	Sim	Não
<b>Se na sua formação teve Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas Contabilidade</b>	Sim	Não
<b>Situação Profissional</b>	Trabalhador	Outro
<b>Experiência Profissional</b>	Menos de 1 ano	Mais do que 1 ano
<b>Sector</b>	Público	Privado
<b>Se trabalha na área das ciências económicas</b>	Sim	Não

<b>Se tem por hábito ler jornais sobre temas de economia</b>	Sim	Não
<b>Se possui viatura própria</b>	Sim	Não
<b>Se possui casa própria</b>	Sim	Não
<b>Se consome tabaco diariamente</b>	Sim	Não
<b>Se consome bebidas alcoólicas diariamente</b>	Sim	Não

## **Resultados**

Após a aplicação da metodologia anteriormente referida foi possível fazer uma análise individual para cada imposto, de modo a perceber o impacto da literacia para os diferentes impostos.

Assim, as tabelas seguintes resumem os resultados alcançados de forma concisa, o que permitirá uma fácil interpretação dos resultados alcançados.

Tabela 4 - Resultados estatísticos (impacto das diferentes variáveis explicativas em cada um dos impostos analisados (n=314))

Variável	IRS		IRC		IVA		IMI		IMT		IS		ISV		IUC		Imp. Alcoól		Imp. Petróleo		Imp. Tabaco		Seg. Social	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Habilitação Literárias	-0,178813	0,5692	0,092557	0,7648	1,020921	0,0082	0,175398	0,5884	0,360890	0,2562	0,569041	0,0727	0,453516	0,1524	0,346247	0,2758	0,564096	0,2343	0,234300	0,2990	0,943806	0,0617	0,594995	0,0592
Formação Académica	0,582136	0,1084	0,029767	0,9289	1,391542	0,0013	0,395827	0,2447	0,594564	0,0822	0,762346	0,0232	0,339760	0,3056	0,499679	0,1330	0,972476	0,0625	0,062500	0,2784	0,824008	0,1389	0,687234	0,0447
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-0,516764	0,1898	-0,303144	0,4087	-0,836478	0,0734	0,346156	0,3654	-0,105450	0,7770	0,082496	0,8211	0,047325	0,8970	0,041105	0,9108	-0,639110	0,2513	0,251300	0,0857	-0,580867	0,3332	-0,834958	0,0283
Situação Profissional	-1,379458	0,0001	-0,915874	0,0073	-0,414683	0,2734	-0,193150	0,5767	-0,066074	0,8477	-0,253673	0,4607	-0,419657	0,2146	-0,222041	0,5105	0,264526	0,6467	0,646700	0,7870	-0,443667	0,4639	-0,473815	0,1688
Sector de trabalho	-0,502198	0,1199	-0,183850	0,5410	0,317213	0,3420	-0,197097	0,5219	0,137084	0,6583	-0,412596	0,1873	-0,570120	0,0608	-0,237333	0,4322	-0,440995	0,4135	0,413500	0,7165	-0,306837	0,5940	0,090874	0,7658
Experiencia Profissional	-0,463626	0,1599	-0,439005	0,1664	-0,089965	0,7975	0,015822	0,9603	-0,121000	0,7062	0,070458	0,8242	-0,181419	0,5735	-0,222883	0,4908	-0,019279	0,9708	0,970800	0,9810	0,003494	0,9949	-0,666264	0,0376
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	-0,114789	0,6977	-0,359803	0,2060	-0,439366	0,1705	-0,258119	0,3737	-0,655681	0,0245	-0,458863	0,1193	-0,304640	0,2835	-0,274565	0,3360	-0,486960	0,3141	0,314100	0,0566	-0,411009	0,4255	-0,571152	0,0479
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	-0,060438	0,8290	0,548521	0,0422	0,591899	0,0401	-0,025581	0,9247	0,272824	0,3281	0,423124	0,1286	0,531395	0,0484	0,670464	0,0131	0,404233	0,4152	0,415200	0,6209	0,794495	0,1561	0,115949	0,6701
Se tem viatura própria													-0,222718	0,4093	-0,079239	0,7696			0,154817	0,5740				
Se tem casa própria							-0,229635	0,4474	0,116746	0,6983														
Se consome alcoól diariamente																	-0,619856	0,3764						
Se consome tabaco diariamente																					-1,200590	0,0083		
McFadden R-Squared	0,048937		0,032823		0,080270		0,022699		0,029485		0,053998		0,033434		0,039899		0,046349		0,021335		0,101577		0,035439	
Akaike info criterion	1,322456		1,397135		1,174965		1,366677		1,354701		1,344673		1,403483		1,394638		0,664827		1,362507		0,590447		1,369928	
Schwarz criterion	1,429923		1,504602		1,282431		1,486084		1,474109		1,452139		1,522890		1,514045		0,784235		1,481914		0,709855		1,477395	
Prob (LR Statistic)	0,008792		0,074814		0,000164		0,392230		0,196093		0,003271		0,104002		0,043265		0,421391		0,447440		0,027865		0,056420	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1
	120	194	152	162	93	221	121	193	194	120	182	132	155	159	158	156	284	30	119	195	287	27	182	132

Tabela 5 - Resultados estatísticos, para as restantes variáveis, quando apenas se tem em consideração respostas em que o inquirido possuía o grau de licenciado ou superior (n=250)

Variável	IRS		IRC		IVA		IMI		IMT		IS		ISV		IUC		Imp. Alcool		Imp. Petróleo		Imp. Tabaco		Seg. Social	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Formação Académica	0,710741	0,0772	-0,072554	0,8417	1,232070	0,0080	0,013863	0,9696	0,551841	0,1384	0,603266	0,0988	0,143812	0,6876	0,332717	0,3535	1,157371	0,0448	0,244019	0,5135	0,807257	0,2095	0,689515	0,0656
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-0,573096	0,1989	-0,192793	0,6373	-1,001220	0,0479	0,371745	0,3776	-0,002345	0,9955	0,306506	0,4492	0,280283	0,4880	0,293115	0,4704	-1,039284	0,1288	-0,488819	0,2374	-0,632857	0,3869	-0,963391	0,0258
Situação Profissional	-1,287196	0,0009	-0,890670	0,0144	-0,339818	0,3827	0,023488	0,9486	-0,043391	0,9063	-0,193753	0,5942	-0,222346	0,5287	-0,015117	0,9659	0,482222	0,4665	-0,047261	0,8952	-0,457602	0,5153	-0,505418	0,1742
Sector de trabalho	-0,639123	0,0622	-0,111459	0,7269	0,195813	0,5696	-0,326953	0,3133	0,069067	0,8352	-0,228904	0,4897	-0,398324	0,2113	-0,025123	0,9372	-0,747339	0,2259	-0,208149	0,5210	-0,484700	0,4705	-0,085687	0,7948
Experiencia Profissional	-0,576041	0,1089	-0,473802	0,1686	-0,007377	0,9840	0,258508	0,4487	-0,109830	0,7523	0,174261	0,6115	-0,079390	0,8176	-0,147012	0,6708	-0,076362	0,8994	-0,018846	0,9573	0,119611	0,8556	-0,712122	0,0430
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	-0,298012	0,3560	-0,207011	0,5034	-0,363615	0,2793	-0,123257	0,6914	-0,587213	0,0655	-0,361611	0,2580	-0,224937	0,4618	-0,184266	0,5492	-0,800225	0,1542	-0,540411	0,0876	-0,502972	0,4124	-0,776937	0,0153
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	0,103783	0,7319	0,623052	0,0327	0,810018	0,0088	0,065744	0,8210	0,367622	0,2243	0,484461	0,1102	0,478817	0,0974	0,594301	0,0406	0,360188	0,5184	-0,150245	0,6122	0,963406	0,1303	0,379572	0,2058
Se tem viatura própria													-0,260594	0,3836	-0,139213	0,6428			0,232429	0,4487				
Se tem casa própria							-0,179194	0,5749	0,151641	0,6424														
Se consome alcool diariamente																	-1,131568	0,1282						
Se consome tabaco diariamente																					-1,434532	0,0098		
McFadden R-Squared	0,047412		0,035566		0,063784		0,012052		0,025409		0,041764		0,020997		0,029182		0,077334		0,018543		0,094136		0,047573	
Akaike info criterion	1,313196		1,399446		1,244335		1,398530		1,354333		1,343907		1,427620		1,414794		0,604252		1,379278		0,522096		1,349015	
Schwarz criterion	1,425883		1,512133		1,356034		1,525303		1,481106		1,456593		1,554392		1,541566		0,731025		1,506050		0,648868		1,461701	
Prob (LR Statistic)	0,029630		0,090756		0,005385		0,852984		0,399297		0,052153		0,507953		0,258712		0,193195		0,627656		0,165420		0,024695	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1
	91	159	130	120	81	169	99	151	158	92	153	97	130	120	132	118	229	21	96	154	233	17	149	101

Tabela 6 - Resultados estatísticos, para as restantes variáveis, quando apenas se tem em consideração respostas em que o máximo de habilitações que o inquirido pode ter é o Ensino Secundário (n=64)

Variável	IRS		IRC		IVA		IMI		IMT		IS		ISV		IUC		Imp. Alcool		Imp. Petróleo		Imp. Tabaco		Seg. Social	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Formação Académica	-0,097720	0,9216	0,414950	0,6690	2,463647	0,0478	2,758730	0,0403	0,580310	0,5688	2,124310	0,0718	1,949156	0,1025	1,944679	0,1043	0,266302	0,8356	1,466247	0,2156	0,905782	0,4927	1,255728	0,2038
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-0,196386	0,8408	-0,668972	0,5010	0,163017	0,8909	-1,325420	0,3475	-0,718108	0,4962	-0,901807	0,4393	-1,375524	0,2526	-1,360912	0,2590	0,131604	0,9178	-1,933516	0,1140	-0,791383	0,5250	-0,525137	0,5860
Situação Profissional	-2,253564	0,0846	-2,196118	0,0958	-	-	-	-	-0,817945	0,4821	-1,445482	0,2735	-	-	-	-	0,185184	0,9005	1,887076	0,1714	-0,243885	0,8572	0,301372	0,7835
Sector de trabalho	-0,130339	0,9192	-1,425554	0,2773	-	-	1,670682	0,1909	0,672207	0,5388	-2,223875	0,0916	-1,051597	0,2734	-1,018422	0,2890	0,374025	0,7903	1,409687	0,2727	0,463208	0,7310	0,729149	0,4964
Experiencia Profissional	0,202218	0,8417	-0,095410	0,9204	1,677108	0,1548	-1,113371	0,2980	-0,545928	0,5769	-0,085763	0,9294	-0,030060	0,9740	0,056286	0,9513	0,028838	0,9817	0,179348	0,8636	-0,278320	0,8108	0,298065	0,7480
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	0,412091	0,6466	-1,670078	0,0906	-	-	-1,357151	0,2594	-1,674272	0,0778	-0,775090	0,3804	-0,433014	0,6132	-0,554482	0,5237	0,400643	0,7523	-0,489782	0,6042	-0,186342	0,8659	0,895581	0,2841
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	-1,362630	0,0964	-0,121895	0,8760	-1,877568	0,0509	-0,401437	0,6303	-0,162003	0,8408	0,096065	0,9034	0,898925	0,2714	1,168525	0,1571	0,456578	0,7209	0,246203	0,7739	0,560699	0,6741	-1,910680	0,0267
Se tem viatura própria													-0,346309	0,6105	-0,128634	0,8499			-0,220368	0,7555				
Se tem casa própria							-1,196079	0,3811	-0,371138	0,6890														
Se consome alcool diariamente																	-	-						
Se consome tabaco diariamente																					-0,750002	0,3759		
McFadden R-Squared	0,143255		0,088311		0,240557		0,208930		0,093823		0,105771		0,075487		0,092274		0,020131		0,083359		0,067424		0,081426	
Akaike info criterion	1,430160		1,513871		0,889231		1,268093		1,523282		1,481793		1,487048		1,476273		1,045843		1,478489		1,089605		1,522516	
Schwarz criterion	1,700021		1,783730		1,057893		1,537954		1,826875		1,751654		1,756908		1,746134		1,315703		1,782082		1,393198		1,792377	
Prob (LR Statistic)	0,081674		0,347351		0,005002		0,016097		0,411318		0,230174		0,486690		0,334540		0,994045		0,540076		0,879759		0,406411	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1
	29	35	32	32	12	52	22	42	36	28	29	35	25	39	26	38	55	9	23	41	54	10	33	31

Tabela 7 - Resultados estatísticos, para as restantes variáveis, quando apenas se tem em consideração respostas em que o mínimo de habilitações que do inquirido é o grau de licenciado, na área das Ciências Económicas (n=155)

Variável	IRS		IRC		IVA		IMI		IMT		IS		ISV		IUC		Imp. Alcool		Imp. Petróleo		Imp. Tabaco		Seg. Social	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,085885	0,4620	-	-	0,425753	0,7719	-	-	-0,085636	0,9535	-	-	-	-
Situação Profissional	-1,519814	0,0052	-1,023265	0,0456	-0,094694	0,8534	0,188139	0,7109	-0,093790	0,8607	0,298014	0,5755	-0,242093	0,6246	0,088652	0,8583	0,477195	0,6284	0,402258	0,4410	-0,106122	0,9169	-1,207898	0,0381
Sector de trabalho	-0,481955	0,2617	0,124884	0,7579	0,696353	0,0945	-0,193781	0,6403	0,167456	0,7043	0,049320	0,9108	-0,486084	0,2373	-0,143612	0,7254	-0,921837	0,2741	0,188272	0,6568	-0,689066	0,4521	0,046159	0,9165
Experiencia Profissional	-0,787843	0,1101	-0,521992	0,2654	0,236792	0,6085	0,246778	0,5782	-0,034797	0,9406	0,543242	0,2564	0,060038	0,8962	-0,126084	0,7857	0,573315	0,5327	-0,070285	0,8841	1,034231	0,3173	-1,438067	0,0076
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	-0,144433	0,7122	-0,217910	0,5662	-0,146473	0,7070	-0,232548	0,5376	-0,709530	0,0784	-0,727545	0,0801	-0,144947	0,7009	-0,228798	0,5538	0,236302	0,7528	-0,694056	0,0822	-0,256420	0,7620	-1,263094	0,0023
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	0,093550	0,7944	0,367600	0,2960	0,402801	0,2668	-0,070215	0,8405	0,214275	0,5629	0,209649	0,5758	0,438071	0,2101	0,406926	0,2459	-0,158675	0,8210	-0,264443	0,4655	-0,045401	0,9554	0,296230	0,4274
Se tem viatura própria													-0,380917	0,3270	-0,450161	0,2519			-0,253011	0,5219				
Se tem casa própria							-0,361546	0,3761	0,247133	0,5666														
Se consome alcool diariamente																	-	-			-2,089688	0,0077		
Se consome tabaco diariamente																								
McFadden R-Squared	0,045727		0,041675		0,043535		0,011430		0,027721		0,034167		0,017928		0,014173		0,040021		0,028456		0,143821		0,100702	
Akaike info criterion	1,351244		1,401109		1,342153		1,434942		1,322182		1,295522		1,439926		1,444144		0,536706		1,381279		0,438338		1,292445	
Schwarz criterion	1,469054		1,518919		1,459963		1,572387		1,459627		1,432967		1,577371		1,601194		0,654552		1,538359		0,575783		1,410255	
Prob (LR Statistic)	0,092029		0,112197		0,112185		0,878438		0,488251		0,358590		0,701171		0,886102		0,704940		0,563038		0,170165		0,000779	
N° de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1
	60	95	72	83	58	97	65	90	104	51	106	49	86	69	90	65	145	10	57	98	147	8	92	63



Tabela 8 - Resultados estatísticos, para as restantes variáveis, quando apenas se tem em consideração respostas em que o máximo de habilitações que o inquirido possui grau de licenciado ou superior em áreas diferentes das Ciências Económicas (n=95)

Variável	IRS		IRC		IVA		IMI		IMT		IS		ISV		IUC		Imp. Alcoól		Imp. Petróleo		Imp. Tabaco		Seg. Social	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-0,801519	0,0966	-0,492161	0,2671	-1,064088	0,0629	0,161728	0,7191	0,060258	0,8905	0,169561	0,6976	0,101754	0,8102	0,269241	0,5376	-1,257399	0,1163	-0,598234	0,1827	-0,475155	0,5132	-0,963933	0,0321
Situação Profissional	-1,074847	0,0658	-0,735943	0,1804	-0,778054	0,2551	-0,138995	0,7975	0,099245	0,8498	-0,516984	0,3341	-0,246497	0,6350	-0,230135	0,6652	0,371140	0,7076	-0,561794	0,3035	-0,652089	0,4824	0,367434	0,4951
Sector de trabalho	-1,064098	0,0687	-0,538126	0,3280	-0,981023	0,1432	-0,458487	0,3988	0,000388	0,9994	-0,387912	0,4713	-0,277999	0,5937	0,290699	0,5894	-1,608717	0,1581	-0,668898	0,2215	-0,014857	0,9873	-0,228606	0,6812
Experiencia Profissional	-0,388119	0,4892	-0,435332	0,4129	-0,371659	0,5744	0,380001	0,4894	-0,199986	0,7041	-0,155360	0,7669	-0,292292	0,5807	-0,133066	0,8063	-0,722159	0,4170	0,226597	0,6830	-0,732732	0,4151	0,003583	0,9946
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	-0,742831	0,2343	-0,019616	0,9728	-0,947899	0,1936	0,188235	0,7398	-0,214350	0,7013	0,392940	0,4949	-0,233021	0,6760	0,219910	0,7056	-2,435428	0,0129	-0,110533	0,8485	-0,502912	0,5783	0,309149	0,6046
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	0,028204	0,9624	1,316283	0,0226	1,858444	0,0036	0,504171	0,3457	0,745389	0,1802	1,283485	0,0244	0,570901	0,2772	1,087082	0,0462	1,480637	0,2472	0,164312	0,7656	-	-	0,758300	0,1921
Se tem viatura própria													-0,097432	0,8393	0,396358	0,4269			1,127948	0,0326				
Se tem casa própria							0,103380	0,8443	-0,037699	0,9418														
Se consome alcoól diariamente																	-2,454926	0,0269						
Se consome tabaco diariamente																					-0,759552	0,3582		
McFadden R-Squared	0,068164		0,063536		0,134504		0,018393		0,021766		0,059189		0,015615		0,054594		0,241523		0,061787		0,042144		0,062568	
Akaike info criterion	1,324349		1,445480		1,105463		1,448824		1,506166		1,451506		1,527720		1,466329		0,712175		1,438854		0,747680		1,409173	
Schwarz criterion	1,512530		1,633660		1,293643		1,663887		1,721229		1,639686		1,742783		1,681392		0,927238		1,653917		0,935851		1,597354	
Prob (LR Statistic)	0,225268		0,212438		0,028058		0,942786		0,900476		0,253556		0,957116		0,416472		0,021316		0,337176		0,867438		0,238047	
N° de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1	N=0	N=1
	31	64	48	47	23	72	34	61	54	41	47	48	44	51	42	53	84	11	39	56	86	9	57	38



Para este estudo foi estabelecido um nível de significância de 5% ( $\alpha=0,05$ ), como tal, pela tabela 4 é possível observar que as variáveis que exprimem as habilitações literárias, formação académica e o facto de os indivíduos terem tido contacto com disciplinas da área económica na sua formação, são estatisticamente significativas para a maioria dos impostos. A variável de habilitações literárias apenas não é significativa para o Imposto sobre o valor acrescentado (IVA). A formação académica não é significativa para o IVA, Imposto de Selo (IS), Imposto sobre as Bebidas Alcoólicas e Contribuições para a Segurança Social. Já o facto de os inquiridos terem tido disciplinas ligadas às Ciências Económicas apenas não é estatisticamente significativo para o Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e para as Contribuições para a Segurança Social. Se analisarmos individualmente o IVA vê-se que este imposto é influenciado por variáveis ligadas à situação profissional dos indivíduos e não pela sua formação académica.

Na mesma tabela é, também, possível ver que os inquiridos gostariam de diminuir o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), o IRC, o IVA, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), o ISV (Imposto sobre Veículos) e o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos. O Imposto mais impopular é certamente o IVA uma vez que cerca de 70% dos inquiridos gostariam de o ver diminuir, isto pode ser facilmente explicado pela conjectura económica que agora atravessamos, uma vez que o rendimento disponível é menor, é cada vez mais difícil as pessoas aceitarem terem de assumir uma carga fiscal elevada sobre bens essenciais, como por exemplo os bens alimentícios, a água, a electricidade, etc.

Por outro lado, os inquiridos gostariam de aumentar/manter o IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas), o IS, o Imposto sobre o Alcool e as bebidas Alcoólicas, o Imposto sobre o Tabaco e as contribuições para a Segurança Social. Quanto ao IUC (Imposto Único de Circulação), a quantidade de inquiridos que gostaria de aumentar/manter e os que gostariam de diminuir é bastante próximo. Os impostos cuja a vontade de aumentar/manter é mais acentuada são o Imposto sobre o Alcool e as bebidas alcoólicas (90% dos inquiridos) e o Imposto sobre o Tabaco (91% dos inquiridos), como a maioria dos inquiridos possui um maior grau de habilitações e tende a ser mais informada é natural que queiram aumentar/manter estes impostos uma vez que estes servem para corrigir comportamentos considerados arriscados.

De forma a obter os resultados presentes na tabela 6, foram apenas seleccionados os inquiridos que apresentavam habilitações inferiores ou iguais ao Ensino Secundário, assim pôde-se obter resultados para os indivíduos com menor nível de formação e, na maioria dos casos, mais jovens.

Assim, neste caso, vemos que os impostos que gostariam de ver diminuídos seriam o IRS, o IVA, o IMI, o IS, o ISV, o IUC e o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos. Mais uma vez o IVA é o imposto com maior percentagem de inquiridos a favor da sua diminuição, cerca de 81%. No caso do IRC as respostas foram alvo de um empate, pois obteve tantas respostas a favor da diminuição como a favor de aumentar/manter. Por outro lado, temos quatro impostos cuja maioria dos indivíduos gostaria de aumentar/manter: o IMT, o Imposto sobre o Álcool e bebidas alcoólicas, Imposto sobre o Tabaco e as Contribuições para a Segurança Social. Mais o uma vez os Impostos sobre o Álcool e o Tabaco apresentam a maior percentagem de indivíduos a favor dos aumentar/manter, com cerca de 86% e 84%, respectivamente.

A tabela 5 apresenta os resultados obtidos quando apenas consideramos os indivíduos cujas habilitações académicas, no mínimo, a licenciatura. Desta forma, observa-se que 68% dos inquiridos gostaria de ver o Iva a ser diminuído, o IRS é outro imposto que gostariam de diminuir, com 64% de respostas a favor da diminuição, assim como o Imposto sobre o Petróleo e o IMI, com 62% e 60% de respostas a favor da diminuição, respectivamente. Por outro lado, temos um conjunto de impostos que os inquiridos, na sua opinião, acham que deveriam ser aumentados ou mantidos, sendo estes o IRC, o IMT, o IS, o ISV, o IUC, o Imposto sobre o Álcool e bebidas alcoólicas, o Imposto sobre o Tabaco e as Contribuições para a Segurança Social. Também para este conjunto de respostas vê-se que o Imposto sobre o Álcool e o Imposto sobre o Tabaco são os que apresentam uma maior de percentagem, 92% e 94%, respectivamente, de indivíduos dispostos a aumentar/manter os mesmos.

De forma a perceber, mais profundamente, o impacto que a formação académica tem na opinião dos contribuintes sobre os impostos a que estão sujeitos, dividiu-se o anterior conjunto de indivíduos em dois novos subconjuntos: o primeiro em que os indivíduos possuíam no mínimo a licenciatura e a sua formação fosse nas Ciências Económicas, o segundo em que os indivíduos possuem no mínimo a licenciatura, no entanto a sua formação académica seria em áreas que não as Ciências Económicas.

A tabela 7 apresenta os resultados para o primeiro subconjunto e a tabela 8 para o segundo subconjunto.

Para o primeiro caso (tabela 7) vemos que os impostos a serem diminuídos seriam o IRS, o IRC, o IVA, o IMI e o Imposto sobre o Petróleo. É também possível ver que o IVA e o Imposto sobre o Petróleo são os impostos que os indivíduos mais gostariam de ver diminuídos, com cerca de 63% de respostas a favor da sua diminuição. Os impostos a serem aumentados/mantidos seriam o IMT, o IS, o ISV, o IUC, o Impostos sobre o Álcool, o Imposto sobre o Tabaco e as Contribuições para a Segurança Social. Neste subconjunto a tendência mantém-se, isto é, mas uma vez os impostos com maior número de respostas a favor de se aumentar/manter são o Imposto sobre o Álcool e o Imposto sobre o Tabaco, com cerca de 94% e 95% das respostas a favor, respectivamente. Ao analisarmos o segundo subconjunto podemos observar algumas mudanças face ao anterior, pois para os indivíduos cuja formação é noutra área que não as Ciências Económicas, apenas cinco impostos têm mais repostas a favor de serem aumentados/mantido, é o caso do IRC, do IMT, do Imposto sobre o Álcool, o Imposto sobre o Tabaco e o as Contribuições para a Segurança Social. Também, neste subconjunto é possível verificar o Imposto sobre o Álcool e o Imposto sobre o Tabaco são uma vez mais os impostos que reúnem mais votos em serem aumentados/mantido (88% e 91% respectivamente). Para todos os outros impostos a maioria dos inquiridos gostaria de os ver diminuídos, sendo o Iva o imposto com maior percentagem de respostas a favor da sua diminuição, cerca de 76%.

Tabela 9 - Resultados estatísticos, quanto à utilidade dos impostos e se estes deveriam deixar ou não de existir (n=314)

Variável	Se os Impostos são úteis		Deixar de Existir Impostos	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Habilitação Literárias	2,354683	0,0019	-1,519664	0,0070
Formação Académica	2,277855	0,0070	-1,822864	0,0042
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-1,660968	0,0482	1,160576	0,0737
Situação Profissional	-0,478458	0,5693	0,020235	0,9762
Sector de trabalho	-0,872684	0,2752	0,233514	0,7044
Experiencia Profissional	0,741993	0,3504	-0,202723	0,7481
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	-0,181762	0,8268	-0,175741	0,7954
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	0,268445	0,7648	0,036196	0,9561
Se tem interesse na política	1,447619	0,0286	-1,155624	0,0237
Confiança no Governo			-1,391032	0,1915
McFadden R-Squared	0,253346		0,187563	
Akaike info criterion	0,350257		0,495719	
Schwarz criterion	0,469665		0,627067	
Prob (LR Statistic)	0,000356		0,000620	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1
	299	15	23	291

Tabela 10 - Resultados estatísticos, quanto à utilidade dos impostos e se estes deveriam deixar ou não de existir, apenas no caso de os inquiridos possuírem grau de licenciados ou superior (n=250)

Variável	Se os Impostos são úteis		Deixar de Existir Impostos	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Formação Académica	2,365887	0,0467	-1,919419	0,0145
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-1,746554	0,1311	0,930901	0,2407
Situação Profissional	0,942287	0,3616	-0,130755	0,8747
Sector de trabalho	-0,272060	0,7950	0,361118	0,6492
Experiencia Profissional	1,039475	0,3078	0,140306	0,8579
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	0,544766	0,6704	-0,371912	0,6951
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	0,735765	0,5277	-0,319096	0,7183
Se tem interesse na política	-	-	-1,691041	0,0202
Confiança no Governo	-	-	-	-
McFadden R-Squared	0,190922		0,195968	
Akaike info criterion	0,247212		0,381687	
Schwarz criterion	0,359898		0,508460	
Prob (LR Statistic)	0,147200		0,015570	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1
	244	6	12	238

Tabela 11 - Resultados estatísticos, quanto à utilidade dos impostos e se estes deveriam deixar ou não de existir, apenas no caso de os inquiridos possuírem no máximo o Ensino Secundário (n=64)

Variável	Se os Impostos são úteis		Deixar de Existir Impostos	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Formação Académica	1,943991	0,2267	-2,049824	0,1738
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-0,978882	0,4692	1,456940	0,2802
Situação Profissional	-3,443420	0,0392	1,147832	0,3957
Sector de trabalho	-2,611735	0,0872	0,731084	0,5786
Experiencia Profissional	-0,407482	0,7662	-0,737470	0,5395
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	-0,897873	0,4188	0,223508	0,8316
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	-0,184308	0,9027	1,354890	0,2775
Se tem interesse na política	-0,002910	0,9975	-0,851612	0,3138
Confiança no Governo			-1,029257	0,4076
McFadden R-Squared	0,183018		0,118024	
Akaike info criterion	0,944797		1,121884	
Schwarz criterion	1,248390		1,459209	
Prob (LR Statistic)	0,300855		0,644215	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1
	55	9	11	53

Tabela 12 - Resultados estatísticos, quanto à utilidade dos impostos e se estes deveriam deixar ou não de existir, apenas no caso de os inquiridos possuírem grau de licenciado ou superior nas áreas das Ciências Económicas (n=155)

Variável	Se os Impostos são úteis		Deixar de Existir Impostos	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Formação Académica	-	-	-	-
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-	-	-0,324471	0,8676
Situação Profissional	-	-	0,732718	0,6340
Sector de trabalho	-	-	0,129383	0,9415
Experiencia Profissional	-	-	-0,138329	0,9257
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	-	-	-0,133782	0,9198
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	-	-	-1,398596	0,2765
Se tem interesse na política	-	-	-	-
Confiança no Governo	-	-	-	-
McFadden R-Squared	-		0,074086	
Akaike info criterion	-		0,267205	
Schwarz criterion	-		0,404650	
Prob (LR Statistic)	-		0,901048	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1
	-	-	3	152

Tabela 13 - Resultados estatísticos, quanto à utilidade dos impostos e se estes deveriam deixar ou não de existir, apenas no caso de os inquiridos possuírem grau de licenciado ou superior em áreas diferentes das Ciências (n=95)

Variável	Se os Impostos são úteis		Deixar de Existir Impostos	
	Coef.	Prob.	Coef.	Prob.
Se teve alguma destas disciplinas: Finanças/Fiscalidade/Gestão de Empresas/Contabilidade?	-1,697024	0,1412	0,889675	0,2737
Situação Profissional	0,890500	0,4045	-0,023747	0,9801
Sector de trabalho	-0,009634	0,9933	0,155531	0,8706
Experiencia Profissional	1,533273	0,2160	0,140298	0,8743
Se a área em que exerce actividade é ligada às ciências económicas	0,275241	0,8385	-0,549552	0,6721
Se lê jornais cujas notícias são sobre temas da Economia.	0,297919	0,8043	-0,487068	0,6887
Se tem interesse na política	-	-	-1,837237	0,0390
Confiança no Governo	-	-	-	-
McFadden R-Squared	0,128062		0,166238	
Akaike info criterion	0,506942		0,690960	
Schwarz criterion	0,695122		0,906024	
Prob (LR Statistic)	0,541631		0,194450	
Nº de Observações	N=0	N=1	N=0	N=1
	90	5	9	86

No inquérito realizado foram ainda feitas questões sobre o facto de os inquiridos acharem se os impostos seriam ou não úteis, qual o seu propósito e ainda se achavam se estes deviam ser abolidos ou não.

As tabelas de 9 a 13 mostram os resultados alcançados para as questões: se os impostos são úteis e se estes devem ser abolidos. A tabela 9 é referente aos resultados da totalidade das respostas obtidas. Para a questão sobre a utilidade podemos ver que as variáveis sobre as habilitações e a formação académica não são estatisticamente significativas, para esta questão as variáveis com impactos são as que estão ligadas à actividade profissional dos indivíduos, assim como o facto de estarem a par das notícias e de terem interesse na política. É, também, possível ver que 95% dos inquiridos considera os impostos úteis. Relativamente ao facto de quererem ou não que os impostos sejam abolidos vemos que 93% não deseja que isso aconteça, no entanto para esta questão o facto dos indivíduos possuírem algum contacto com as áreas económicas é estatisticamente significativo. A tabela 11 diz respeito os indivíduos com formação igual ou inferior ao Ensino Secundário, para este grupo os resultados mantêm-se, pois 86% acha os impostos úteis e 83% acha que estes não devem ser abolidos. A tabela 10 apresenta os resultados para os indivíduos com habilitações iguais ou superiores à licenciatura, também neste caso vê-se que a maioria acha os impostos úteis (98%) e acham que os impostos não devem ser abolidos (95%). À semelhança do que foi feito anteriormente, dividiu-se os indivíduos com habilitações superiores ou iguais à Licenciatura em dois subgrupos: o primeiro onde a formação académica é nas Ciências Económicas e o segundo onde a formação académica é numa outra área que não as Ciências Económicas. A tabela 12 apresenta os resultados para o primeiro subgrupo, aqui os resultados mostram que 98% dos inquiridos não querem que os impostos sejam abolidos. A tabela 13 diz respeito ao segundo subgrupo, onde 95% acha que os impostos são úteis e 91% acha que os impostos não devem ser abolidos.

No questionário foi, também, colocada uma questão quanto ao propósito dos impostos. Para a maioria dos inquiridos verificou-se que estes acreditam que os impostos têm como objectivo suportar serviços e obras públicas, assim como para reduzir o défice público, independentemente das suas habilitações ou formação académica. Foi, também, possível observar que as pessoas mais letradas pensam nos impostos como forma de criar justiça social.



## Conclusões

Com este estudo pôde-se verificar a influência do nível de habilitações e da formação académica na percepção dos impostos portugueses. Ao dividirmos, numa primeira fase, a amostra em dois grupos, um em que o nível de habilitações é inferior ou igual ao Ensino Secundário e outro em que o nível de habilitações é igual ou superior à licenciatura, vemos que o primeiro quer descer os impostos praticamente todos, com excepção dos impostos correctivos, do IMT e das Contribuições para a Segurança Social. Já os indivíduos com um maior nível de habilitações apenas gostariam de diminuir o IRS, o IVA e o Imposto sobre o Petróleo. Ambos os grupos consideram os impostos úteis e não são da opinião que estes devam ser abolidos. Quanto ao propósito dos impostos, a maioria dos inquiridos de ambos os grupos considera que estes sejam utilizados para suportar serviços e obras públicas, assim como para reduzir o défice público. No entanto vemos que para o grupo de menores habilitações existe uma maior percentagem de inquiridos a achar que os impostos servem para enriquecer o Governo, o que pode ser explicado pelas diversas notícias de desfalques nas contas públicas e os contribuintes atribuírem isso como roubos por parte dos Governantes.

De forma a melhor perceber o impacto da formação académica na percepção da necessidade de impostos dividiu-se a amostra com habilitações iguais ou superior à licenciatura em dois novos grupos, o primeiro onde a formação académica dos indivíduos era nas Ciências Económicas e o segundo em áreas não ligadas às Ciências Económicas. Neste caso foi possível ver que os indivíduos cuja a formação está ligada as Economias querem descer menos impostos. Foram, também, os únicos que manifestaram interesse em descer o IRC, o que pode ser explicado pelo facto de estarem melhor informados da carga fiscal a que as empresas estão sujeitas e pelas dificuldades que esse facto lhes cria. Para estes dois últimos grupos verificou-se que, de forma idêntica aos dois primeiros, não pretendem que os impostos sejam abolidos. Quanto à questão da utilidade, mais uma vez, verifica-se que atribuem como propósito dos impostos suportar os serviços e obras públicas e reduzir o défice público.

Para todas as situações anteriormente descritas verificou-se que o Imposto com mais respostas a favor da sua diminuição é o IVA, por outro lado o Imposto sobre o Alcool e as Bebidas Alcoólicas e o Imposto sobre o Tabaco são impostos que os indivíduos querem ver aumentados/mantidos.

Este artigo contribuiu para melhor perceber a influência do nível de habilitações e formação académica na percepção dos impostos e da sua existência.

Apesar de as pessoas, na sua maioria quererem ver os impostos a que estão sujeitos diminuir não irão propor que estes sejam abolidos, o que pode constituir uma limitação a este estudo. Outra limitação do estudo, e que poderá ser também um ponto de partida para pesquisas futuras, é o tamanho e tipo de amostra, seria importante obter uma amostra bastante maior e mais diversificada, principalmente ao nível da idade e situação profissional dos inquiridos.

## Bibliografia

Akpo, U. (2009). The people as government: The importance of tax payment. Akwa Ibom State

Revenue Summit. Uyo: Akwa Ibom State Internal Revenue Service.

Alabede, J. O, Ariffin, Z. Z. and Idris, K. (2011). Does Taxpayer's Financial Condition Moderate Determinants of Tax Compliance Behaviour?: Evidence from Nigeria. British Journal of Economics, Finance and Management Sciences September 2011.

Alabede, J. O., Ariffin, Z. Z., & Idris, M. (2011). Tax service quality and compliance behaviour in Nigeria: Do taxpayer's financial condition and risk preference play any moderating role? European Journal of Economic, Finance and Administrative Studies.

Ali, M. M., Cecil, H. W. & Knoblett, J. A. (2001). The effects of tax rates and enforcement policies on taxpayer compliance: A study of self-employed taxpayers. Atlantic Economic Journal.

Allingham, M., & Sandmo, A. (1972). Income tax evasion: A theoretical analysis. Journal of Public Economics.

Alm, J., Jackson, B., & McKee, M. (1992). Estimating the determinants of taxpayer compliance with experimental data. National Tax Journal.

Alm, J. and Jackson, B. R. (1993). Fiscal Exchange, collective decision institutions, and tax compliance. Journal of Economic Behaviour & Organization.

Alm J. (1999). Tax compliance and tax administration. In H. W. Bartley, Handbook on taxation. New York: Marcel Dekker

Alm, J and Gomez, J. L. (2008). Social Capital and Tax Morale in Spain. Economic Analysis and Policy.

Alm, J., Cronshaw, M. B., & McKee, M (1993). Tax compliance with endogenous audit selection-rules. *Kylos*.

Alm, J. McClelland, G. H., & Schulze, W. D. (1992). Why do people pay taxes? *Journal of Public Economics*.

Anderhub, V., Giese, S., Güth, W., Hoffmann, A., & Otto, T. (2001). Tax evasion with earned income - an experimental study. *Finanz Archiv*.

Andreoni, J. (1992), "IRS as loan shark: tax compliance with borrowing constraints", *Journal of Public Economics*.

Andreoni et al. (1998). Tax Compliance. *Journal of Economic Literature*.

Ayres, I., & Braithwait, J. (1992). *Responsive Regulation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Baldry, J.C. (1979), "Tax evasion and labor supply", *Economics Letters*.

Baldry, J.C. (1984), "The enforcement of income tax laws: efficiency implications", *Economic Record*.

Baldry, J. C. (1987). Income tax evasion and the tax schedule: some experimental results. *Public Finance*.

Boylan, S. J., & Sprinkle, G. B. (2001). Experimental evidence on the relation between tax rates and compliance: The effect of earned vs. endowed income. *The Journal of the American Taxation Association*.

Braithwaite, V. (2003). Dancing with tax authorities: motivational postures and noncompliant actions. In V. Braithwaite (Ed.), *Taxing democracy*.

Brett, J. F., Cron, W. L., John W. Slocum J. W. (1995). Economic Dependency on Work: A Moderator of the Relationship Between Organizational Commitment and Performance. *Academy of Management: Journal*.

Christian, C. W. (1994). Voluntary compliance with the individual income tax: results from the 1988 TCMP study.

Clotfelter, C. (1983). Tax evasion and tax rates: an analysis of individual returns. *The review of economics and statistics*.

Cowell, FA. (1990), "Tax sheltering and the cost of evasion", *Oxford Economic Papers*.

Cowell, EA. (1990b), *Cheating the Government: The Economics of Evasion* (MIT Press, Cambridge).

Collins, J. H., & Plumlee, R. D. (1991). The taxpayers labor and reporting decision – the effect of audit schemes. *Accounting Review*.

Copeland, P. V., & Cuccia, A. D. (2002). Multiple determinants of framing referents in tax reporting and compliance. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*.

Cross, R., and G.K. Shaw (1982), "On the economics of tax aversion", *Public Finance*.

Dawes, R. M. (1980). Social dilemmas. *Annual Review of Psychology*.

Dell' Anno, R. (2009). Tax evasion, tax morale and policy maker's effectiveness. *The Journal of Socio-Economics*.

Elffers, H., & Hessing, D. J. (1997). Influencing the prospects of tax evasion. *Journal of Economic Psychology*..

Elffers, H., Weigel, R. H., & Hessing, D. J. (1987). The consequences of different strategies for measuring tax evasion behaviour. *Journal of Economic Psychology*.

Estatísticas das Receitas Fiscais 1995-2014. Instituto Nacional de Estatística.

Feinstein, J. (1991). An econometric analysis of income tax evasion and its detection. *RAND Journal of Economics*.

Fjeldstad, O., Semboja, J. (2001). Why People Pay Taxes: The Case of The Development Levy in Tanzania. *World Development*.

Ferreira, P., Martins, V., & Brandão, E. (2014). Atitudes e Percepção dos Impostos – O Caso Português. Fep Working Papers.

Fischer, C. M., Wartick, M., & Mark, M. (1992). Detection probability and tax compliance: A review of the literature. *Journal of Accounting Literature*.

Frey, B. and Oberholzer-Gee, F. (1997). The Cost of Price Incentives: An Empirical Analysis of Motivation Crowding-Out. *The American Economic Review*.

Frey, B. and Torgler, B. (2002). Tax morale and conditional cooperation. *Journal of Comparative Economics*.

Hammar, H., Jagers, S., & Nordblom, K. (2006). What explains attitudes towards tax levels? A multi-tax comparison. University of Gothenburg, Department of Economics.

Kaplow, L. (1990), "Optimal taxation with costly enforcement and evasion", *Journal of Public Economics*.

Kaplow, L. (1994), "The standard deduction and floors in the income tax", *Tax Law Review*.

Kaplow, L. (1996), "How tax complexity and enforcement affect the equity and efficiency of the income tax", *National Tax Journal*.

Kau, J.B., and P.H. Rubin (1981), "The size of government", *Public Choice*.

Kay, J.A. (1980), "The anatomy of tax avoidance", in: *Income Distribution: The Limits to Redistribution; Proceedings of the 31st Symposium of the Colston Research Society*, University of Bristol (John Wright).

Kesselman, J.R. (1989), "Income tax evasion: an intersectoral analysis" *Journal of Public Economics*.

Kesselman, J.R. (1993), "Evasion effects of changing the tax mix", *The Economic Record*.

Kirchler, E., Muehlbacher, S., Kastlunger, B, & Wahl, I. (2007). *Why Pay Taxes? A review of Tax Compliance Decisions*". Georgia State University.

Klepper, S., and D. Nagin (1989), "The anatomy of tax evasion", *Journal of Law, Economics, and Organization*.

Kolm, S.-C. (1973), "A note on optimum tax evasion", *Journal of Public Economics*.

Long, S. (1981), "Social control in the civil law: the case of income tax enforcement", in: H.L. Ross, ed., *Law and Deviance* (Sage Publications, Beverly Hills)

Maki, D.M. (1996), "Portfolio shuffling and tax reform", *National Tax Journal*.

Manaf, N. A. A., Hasseldine, J. and Hodges, R. (2005). *The Determinants of Malaysian Land Taxpayers' Compliance Attitudes*. *eJournal of Tax Research*.

Mansfield, C. (1988), "Tax administration in developing countries", *International Monetary Fund Staff Papers*.

Mathieu, J. E., Zajac, D. M. (1990). A review and meta-analysis of the antecedents, correlates, and consequences of organizational commitment. *Psychological Bulletin*.

Mayshar, J. (1990), "On measures of excess burden and their application", *Journal of Public Economics*.

Mayshar, J. (1991), "Taxation with costly administration", *Scandinavian Journal of Economics*.

Mayshar, J., and S. Yitzhaki (1995), "Dalton-improving tax reform", *American Economic Review*.

Melumad, N., and D. Mookherjee (1989), "Delegation as commitment: the case of income tax audits", *RAND Journal of Economics*.

Mookherjee, D., and I.P.L. Png (1989), "Optimal auditing, insurance, and redistribution", *Quarterly Journal of Economics*.

Musgrave, R.A. (1969), *Fiscal Systems* (Yale University Press, New Haven and London).

Pencavel, J. (1979), "A note on income tax evasion, labor supply and nonlinear tax schedules", *Journal of Public Economics*

Peters, B. G. (1991). *The Politics of Taxation*. Blackwell: Cambridge MA & Oxford UK.

Polinsky, A.M., and S. Shavell (2000), "The economic theory of public enforcement of law", *Journal of Economic Literature*.



Rajaraman, I. (1995), "Presumptive direct taxation: lessons from experience in developing countries", *Economic and Political Weekly* (Mombai, India).

Ramsey, FP. (1927), "A contribution to the theory of taxation", *Economic Journal*.

Reckers, P. M. J., Sanders, D. L., Roark, S. J. (1994). *The Influence of Ethical Attitudes on Taxpayer Compliance*. *National Tax Journal*.

Rosen, H.S. (1976), "Tax illusion and the labor supply of married women", *Review of Economics and Statistics*.

Roth, J.A., J.T. Scholz and A.D. Witte (1989). *Taxpayer Compliance*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Sadka, E., and V Tanzi (1993), "A tax on gross assets of enterprises as a form of presumptive taxation", *Bulletin for International Fiscal Documentation*.

Sanchez, I., and J. Sobel (1993), "Hierarchical design and enforcement of income tax policies", *Journal of Public Economics*.

Sandford, C. (1973), *The Hidden Costs of Taxation* (Institute for Fiscal Studies, London).

Sandford, C., ed. (1995), *Tax Compliance Costs: Measurement and Policy* (Fiscal Publications, Bath).

Scholz, J.K. (1994), "Tax progressivity and household portfolios: descriptive evidence from the surveys of consumer finances", in: Joel Slemrod, ed., *Tax Progressivity and Income Inequality* (Cambridge University Press, Cambridge).

Scotchmer, S. (1987), "Audit classes and tax enforcement policy", *American Economic Review*.

Scotchmer, S. (1989), "Who profits from taxpayer confusion?" *Economics Letters*.

Scotchmer, S., and J. Slemrod (1989), "Randomness in tax enforcement", *Journal of Public Economics*.

Slemrod, J. (1990), "Optimal taxation and optimal tax systems", *Journal of Economic Perspectives*.

Slemrod, J. (1994), "Fixing the leak in Okun's bucket: optimal tax progressivity when avoidance can be controlled", *Journal of Public Economics*.

Slemrod, J. (1996), "Which is the simplest tax system of them all?" in: Henry Aaron and William Gale, eds., *Economic Effects of Fundamental Tax Reform* (The Brookings Institution, Washington, D.C.).

Slemrod, J. (1996), "High-income families and the tax changes of the 1980s: the anatomy of behavioural response", in: Martin Feldstein and James Poterba, eds., *Empirical Foundations of Household Taxation* (University of Chicago Press, Chicago; and NBER).

Slemrod, J. (1998), "Methodological issues in measuring and interpreting taxable income elasticities", *National Tax Journal*.

Slemrod, J. (2001), "A general model of the behavioral response to taxation", *International Tax and Public Finance*.

Slemrod, J., and W. Kopczuk (2001), "The optimal elasticity of taxable income", *Journal of Public Economics*.

Slemrod, J., and S. Yitzhaki (1987), "The optimal size of a tax collection agency", *Scandinavian Journal of Economics*.

Slemrod, J., and S. Yitzhaki (1994), "Analyzing the standard deduction as a presumptive tax", *International Tax and Public Finance*.

Slemrod, J., and S. Yitzhaki (1996), "The cost of taxation and the marginal efficiency cost of funds", *International Monetary Fund Staff Papers*.

Slemrod, J., and S. Yitzhaki (2001), "Integrating expenditure and tax decisions: the marginal cost of funds and the marginal benefit of projects", *National Tax Journal*.

Slemrod, J., M. Blumenthal and C.W. Christian (2001), "Taxpayer response to an increased probability of audit: evidence from a controlled experiment in Minnesota", *Journal of Public Economics*.

Torgler, B. (2003). Tax morale: theory and empirical analysis of tax compliance. PhD Thesis. University of Basel, Faculty of Business and Economics.

Usher, D. (1986), "Tax evasion and the marginal cost of public funds", *Economic Inquiry*

.

Weiss, L. (1976), "The desirability of cheating incentives and randomness in the optimal income tax", *Journal of Political Economy*.

Wertz, K.L. (1979), "Allocation by and output of a tax-administering agency", *National Tax Journal*.

Wildasin, D.E. (1984), "On public good provision with distortionary taxation", *Economic Inquiry*.

Wilson, J.D. (1989), "On the optimal tax base for commodity taxation", *American Economic Review*.

Yaniv, G. (1988), "Withholding and non-withheld tax evasion", *Journal of Public Economics*.

Yaniv, G. (1992), "Collaborated employee-employer tax evasion", Public Finance.

Yitzhaki, S. (1974), "A note on 'income tax evasion: a theoretical analysis", Journal of Public Economics.

Yitzhaki, S. (1979), "A note on optimal taxation and administrative costs", American Economic Review.

Yitzhaki, S. (1987), "On the excess burden of tax evasion", Public Finance Quarterly.

Yitzhaki, S., and Y. Vakneen (1989), "On the shadow price of a tax inspector", Public Finance.

# **Anexos**

# Questionário

## Parte 1 - Informação Pessoal

Este inquérito realiza-se no âmbito de uma tese do Mestrado de Finanças e Fiscalidade da Universidade do Porto e destina-se a analisar a influência da formação académica na percepção da necessidade de existência de impostos.

O questionário é anónimo.

A resposta demora entre 10 a 15 minutos e a sua resposta é essencial.

1ª - Por favor indique a sua idade.

<input type="checkbox"/> Inferior a 18 anos	<input type="checkbox"/> 36 a 45 anos
<input type="checkbox"/> 18 a 25 anos	<input type="checkbox"/> 46 a 55 anos
<input type="checkbox"/> 26 a 35 anos	<input type="checkbox"/> Superior a 55 anos

2ª - Sexo.

<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino
------------------------------------	-----------------------------------

3ª - Por favor indique a sua área de residência.

<input type="checkbox"/> Aveiro	<input type="checkbox"/> Faro	<input type="checkbox"/> Setúbal
<input type="checkbox"/> Beja	<input type="checkbox"/> Guarda	<input type="checkbox"/> Viana do Castelo
<input type="checkbox"/> Braga	<input type="checkbox"/> Leiria	<input type="checkbox"/> Vila Real
<input type="checkbox"/> Bragança	<input type="checkbox"/> Lisboa	<input type="checkbox"/> Viseu
<input type="checkbox"/> Castelo Branco	<input type="checkbox"/> Portalegre	<input type="checkbox"/> Madeira
<input type="checkbox"/> Coimbra	<input type="checkbox"/> Porto	<input type="checkbox"/> Açores
<input type="checkbox"/> Évora	<input type="checkbox"/> Santarém	

4ª - Possui viatura própria?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

5ª - Possui casa própria?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

6ª - Costuma consumir tabaco diariamente?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

7ª - costuma consumir bebidas alcoólicas diariamente?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## Parte 2 - Percurso Académico

8ª - Por favor indique quais as suas habilitações literárias

<input type="checkbox"/> Ensino básico (4º ano)	<input type="checkbox"/> Ensino Secundário (12º ano)	<input type="checkbox"/> Doutoramento
<input type="checkbox"/> 2º Ciclo (6º ano)	<input type="checkbox"/> Licenciatura	
<input type="checkbox"/> 3º Ciclo (9º ano)	<input type="checkbox"/> Mestrado	

9ª - Por favor indique a sua área de formação académica

<input type="checkbox"/> Agricultura	<input type="checkbox"/> Desporto	<input type="checkbox"/> Matemática
<input type="checkbox"/> Alimentação	<input type="checkbox"/> Economia	<input type="checkbox"/> Saúde
<input type="checkbox"/> Arquitectura	<input type="checkbox"/> Engenharia	<input type="checkbox"/> Física
<input type="checkbox"/> Artes	<input type="checkbox"/> Gestão	<input type="checkbox"/> Química
<input type="checkbox"/> Ciências Políticas	<input type="checkbox"/> Informação e Jornalismo	<input type="checkbox"/> Direito
<input type="checkbox"/> Ciências Sociais	<input type="checkbox"/> Informática	<input type="checkbox"/> Ensino
<input type="checkbox"/> Contabilidade	<input type="checkbox"/> Publicidade	<input type="checkbox"/> Turismo

10ª - No seu percurso académico teve alguma destas disciplinas?

<input type="checkbox"/> Fiscalidade	<input type="checkbox"/> Auditoria	<input type="checkbox"/> Gestão de Empresas
<input type="checkbox"/> Direito Fiscal	<input type="checkbox"/> Contabilidade	<input type="checkbox"/> Nenhuma



### Parte 3 - Experiência Profissional

11ª - Por favor indique qual a situação em que se insere actualmente

<input type="checkbox"/> Trabalhador Independente	<input type="checkbox"/> Estudante	<input type="checkbox"/> Doméstico
<input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/> Reformado	<input type="checkbox"/> Outro
<input type="checkbox"/> Empregador	<input type="checkbox"/> Desempregado	

12ª - Por favor indique qual o sector em que se insere

<input type="checkbox"/> Público	<input type="checkbox"/> Privado
----------------------------------	----------------------------------

13ª - Por favor indique a sua experiência profissional

<input type="checkbox"/> Nenhuma	<input type="checkbox"/> 1 - 5 anos	<input type="checkbox"/> Mais de 10 anos
<input type="checkbox"/> 0 - 1 ano	<input type="checkbox"/> 5 - 10 anos	

14ª - No seu trabalho exerce alguma função que lhe exija conhecimentos das seguintes áreas?

<input type="checkbox"/> Contabilidade
<input type="checkbox"/> Fiscalidade
<input type="checkbox"/> Nenhuma

## Parte 4 - Notícias

15ª - Quantas vezes assiste, ouve ou vê notícias?

	Nunca	Raramente	1 - 2 vezes por semana	3 - 4 vezes por semana	Diariamente
Jornais					
Rádio					
Televisão					
Internet					

16ª - Tem por hábito ler alguns destes jornais?

	Nunca	Raramente	1 - 2 vezes por semana	3 - 4 vezes por semana	Diariamente
Jornal de Notícias					
Público					
Económico					

17ª -Onde costuma ter acesso às suas notícias?

	Nunca	Raramente	1 - 2 vezes por semana	3 - 4 vezes por semana	Diariamente
Casa					
Café					
Trabalho					

## Parte 5 - Política e Sociedade

18ª - Por favor indique o seu nível de interesse

	Muito Interessado	Interessado	Indiferente	Pouco Interessado	Nada Interessado
Política					

19ª - Por favor indique o seu nível de confiança

	Muita Confiança	Confiança	Indiferente	Pouca Confiança	Nenhuma Confiança
Governo					
Bancos					
Meios de Comunicação					
Tribunais					
Comissão Europeia					

20ª -Na sua opinião para que servem os impostos cobrados à população portuguesa?

- ☐ Corrigir comportamentos dos cidadãos
- ☐ Suportar os ordenados da função pública (apenas)
- ☐ Suportar os serviços públicos
- ☐ Financiar obras públicas
- ☐ Cobrir prejuízos bancários
- ☐ Punir
- ☐ Enriquecer o Governo
- ☐ Criar justiça Social
- ☐ Reduzir i déficit público

## Parte 6 - Impostos

21ª - Na sua opinião os seguintes impostos deviam aumentar ou diminuir?

	Diminuir Muito	Diminuir	Manter	Aumentar	Aumentar Muito
IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares)					
IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas)					
IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado)					
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)					
IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Bens)					
IS (Imposto de Selo)					
ISV (Imposto sobre veículos)					
IUC (Imposto Único de Circulação)					
Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas					
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos					
Imposto sobre o tabaco					
Contribuições do empregador para a segurança social					

22ª - Na sua opinião qual é o nível de justiça mais adequado para cada um dos seguintes impostos?

	Totalmente Justo	Justo	Indiferente	Pouco Justo	Totalmente Injusto
IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares)					
IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas)					
IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado)					
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)					
IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Bens)					
IS (Imposto de Selo)					
ISV (Imposto sobre veículos)					
IUC (Imposto Único de Circulação)					
Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas					
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos					
Imposto sobre o tabaco					
Contribuições do empregador para a segurança social					

## Parte 6 - Impostos

23ª - Para cada uma das seguintes afirmações indique o seu nível de concordância

	Diminuir Muito	Diminuir	Manter	Aumentar	Aumentar Muito
Aumentar os impostos e aumentar os gastos com a saúde					
Diminuir os impostos e diminuir os gastos com a saúde					
Aumentar os impostos e aumentar os apoios sociais					
Diminuir os impostos e diminuir os apoios sociais					
Aumentar os impostos e aumentar os gastos com a educação					
Diminuir os impostos e diminuir os gastos com a educação					
Aumentar os impostos e aumentar os gastos com os transportes					
Diminuir os impostos e diminuir os gastos com os transportes					
Aumentar os impostos e aumentar a despesa pública					
Diminuir os impostos e diminuir a despesa pública					

24ª - Na sua opinião os impostos têm alguma utilidade

- ☐ Sim  
☐ Não

25ª - Na sua opinião deveria deixar de haver impostos?

- ☐ Sim  
☐ Não